

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº009/2025**

Regido pela Lei Federal Nº14.133/21, regulamentado pelo Decreto Municipal Nº5.215/2023.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul

TIPO DE LICITAÇÃO:

Dispensa por Limite Lei 14.133/21

REGIME DE EXECUÇÃO:

MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de empresa especializada em organização de eventos para a produção e execução do Concurso da Corte Municipal para o Carnaval Municipal de 2025, através dos procedimentos de dispensa por valor, previsto na lei de licitações - lei 14.133 de 2021, art. 75, inciso II e ao valor estabelecido no decreto nº.12.343 de 2024.

O Presente procedimento de dispensa de licitação será realizado em sessão pública online, através do PORTAL BANRISUL, site: <http://www.pregaobanrisul.com.br/>, sendo assegurada a participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Início: 31/01/2025 - às 13:00 horas

TÉRMINO: 04/02/2025 - às 13:00 horas

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 04/02/2025, às 13:15 horas

Será sempre considerado o **horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Aviso, em que não esteja disposto "Horário Local".

O Aviso poderá ser retirado no sítio eletrônico www.cacapavadosul.rs.gov.br e www.pregaobanrisul.com.br



ROBERTO DE OLIVEIRA HUERTA

Coordenador de Compras

E-mail: compras.smf@cacapava.rs.gov.br

Fone (55) 3281 2463

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº009/2025

O MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 88.142.302/0001-45, por meio de servidor do setor de compras, torna público para conhecimento dos interessados que realizará procedimento de dispensa de licitação, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento “MENOR PREÇO” que se regerá por este instrumento e pela legislação pertinente, em especial pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 5.215/2023 e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº 14.133/21.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: www.pregaobanrisul.com.br. O servidor conduzirá todo o procedimento conforme estabelecido neste instrumento convocatório. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste instrumento e as constantes no sistema Portal Banrisul, prevalecerão as aqui estabelecidas.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA E PRAZO

1.1. O objeto da presente dispensa de licitação contratação de empresa especializada em organização de eventos para a produção e execução do Concurso da Corte Municipal para o Carnaval Municipal de 2025, através dos procedimentos de dispensa por valor, previsto na lei de licitações - lei 14.133 de 2021, art. 75, inciso II e ao valor estabelecido no decreto nº.12.343 de 2024.

, sendo assegurada a **participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, conforme dispõe a **Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações**.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Quantidade	Valor unitário	Valor total
01	Contratação de empresa especializada em organização de eventos para a produção e execução do Concurso da Corte Municipal para o Carnaval Municipal de 2025, sendo as festividades previstas no Calendário Oficial do Município de Caçapava do Sul. O serviço a ser contratado para produção cultural tem a seguinte descrição: Sonorização e iluminação do Concurso da Corte de Carnaval: Serviços de sonorização e iluminação, estrutura em alumínio, treliças e sonorização completa com caixas de som, monitoração de palco, e microfonação, para o evento da escolha da corte do Carnaval de 2025, que será realizado no dia 15/02/2025 no Ginásio de Esportes Dr. Cyro Carlos de Melo (Melão). <u>Especificidades do item:</u> A sonorização e iluminação do evento deverá conter caixas de som compatível para o			

evento e com no mínimo dois microfones para apresentação das candidatas e som mecânico com DJ, com repertório: Samba, Axé, Pagode, Marchinhas de Carnaval entre outras, bem como as músicas selecionadas para a apresentação das candidatas. Deverá estar incluída nos serviços de sonorização e iluminação, a disponibilização de técnicos para operação do sistema de som e iluminação, sendo que todas as despesas decorrentes de taxas, encargos, alimentação, estada, materiais, transporte e outros necessários à prestação dos serviços correrão por conta da Empresa Contratada. O Concurso terá a duração aproximada de 03 (três) horas e ocorrerá no dia 15 de fevereiro de 2025, a partir das 20 horas e encerrando às 23 horas. A montagem do som e do sistema de iluminação devem ocorrer até às 16 horas do dia 15 de fevereiro de 2025, sendo que a empresa vencedora deverá ser responsável pela guarda e segurança dos equipamentos instalados durante a montagem e desmontagem. Todas as despesas decorrentes de taxas, encargos, alimentação, estada, materiais, equipamentos e outros necessários à prestação dos serviços correrão por conta da Empresa Contratada. Passarela para desfiles e decoração da mesa dos jurados e do ginásio: A contratada deverá montar uma passarela para as apresentações das candidatas a Corte do Carnaval de 2025, podendo a mesma ser em tapete. Disponibilizar mesas e sete cadeiras para o juri do concurso. A decoração do ginásio de esportes e da mesa dos jurados deverá conter motivos carnavalescos. O local da realização do Concurso da corte do carnaval será o Ginásio de Esportes Dr. Cyro Carlos de Melo (Melão). A montagem da decoração do ginásio e da passarela deverá ocorrer até às 16 horas do dia do evento.			
---	--	--	--

Todas as despesas decorrentes de taxas, encargos, alimentação, estada, materiais de decoração, equipamentos e outros necessários à prestação dos serviços correrão por conta da Empresa Contratada. Fornecimento de seis (06) faixas em tecido e bordado como premiação para as seguintes categorias: Rainha Infantil, Rainha Juvenil, Rainha Adulta, Rainha Especial, Rainha da terceira idade e Rei Momo (recondução do cargo). <u>Especificidades:</u> Faixa em cetim bordada (fundo em <i>off white</i>, letras e bordado em cobre) Tamanho: 2m (aberta) 1m (dobrada) x 20cm de largura para ser usada na transversal. Acompanhada: Roseta em cetim com bordado personalizado dentro da roseta. Peso aproximado de 200 gramas. As faixas devem ser entregues à Secultur até um dia de antecedência do evento da escolha da corte do carnaval 2025. Todas as despesas decorrentes do serviço tais como, taxas, encargos, estada, materiais, transporte e outros necessários à prestação dos serviços correrão por conta da Empresa contratada. Fornecimento de cinco (05) buquês de flores e 01 souvenir: O buquê de flores preferencialmente contendo rosas vermelhas para as rainhas e um souvenir para o Rei Momo. Os buquês e o souvenir devem estar disponíveis até uma (01) hora antes do início do evento da escolha da corte de 2025. Todas as despesas decorrentes do serviço tais como taxas, encargos, alimentação, estada, materiais, transporte e outros necessários à prestação dos serviços correrão por conta da contratada. Serviço de fornecimento de bebidas para a Escolha da Corte de Carnaval:			
---	--	--	--

Para o dia da festa da escolha da corte de carnaval no dia 15/02/2025, deverá haver o fornecimento de 36 unidades de água mineral em garrafas de 500 ml sem gás para o Concurso da Escolha da Corte de Carnaval, incluindo no serviço a disponibilização de copos descartáveis para o consumo da água mineral tanto para os jurados como para as candidatas. Deverão ser entregues à Secretaria até um dia antes do evento ou no dia do evento desde que entregue as unidades refrigeradas. Todas as despesas da contratação são de responsabilidade da empresa contratada como encargos, taxas, alimentação, estada, materiais, transporte e outros necessários à prestação dos serviços. Serviço de segurança para o concurso da corte de carnaval <u>a) Serviços de segurança para o Concurso da Corte de Carnaval:</u> A contratada deverá prestar serviço de segurança devendo conter o efetivo de oito (8) seguranças, sendo seis (06) homens e duas (02) mulheres. <u>Horário do serviço:</u> O horário de início do serviço será trinta minutos antes do início do evento e trinta minutos depois do encerramento do evento, para dispersão do público, compreendendo o serviço entre às 19h30 até às 23h30. Os horários podem ser ajustados nos casos comunicados com antecedência, tanto pelo contratante, como pela contratada. O local de realização do serviço será no Ginásio de esportes no dia 15 de fevereiro de 2025. <u>Descrição das atividades básicas a serem executadas:</u> A equipe deve apresentar-se devidamente uniformizado (uniforme da empresa prestadora de serviço com identificação visível) e com aparência pessoal adequada ao bom desempenho das atividades; Fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).			
---	--	--	--

Todas as despesas decorrentes de alimentação, estada, materiais, transporte e outros necessários à prestação dos serviços correrão por conta da Contratada. Para a participação neste item, a empresa que irá efetivamente prestar os serviços de Segurança deverá possuir o Alvará de Funcionamento emitido pela Brigada Militar do Estado – GSFG e possuir o Alvará de Funcionamento emitido pela Polícia Federal. Serviço de PPCI para o Concurso da Corte de Carnaval: - Produção e planejamento do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) provisório para eventos temporários no Rio Grande do Sul, incluindo no serviço ARTs e pagamento de taxas, e caso necessário o fornecimento de EPC e materiais necessários para garantir a segurança do evento, sem custos para o Município. O PPCI será para o Ginásio de Esportes Dr. Cyro Carlos de Melo (Melão) visando a execução do evento na data de 15/02/2025. <u>Serviços de bombeiros civis para o Concurso da Corte de Carnaval:</u> A contratada deverá prestar serviço de dois (02) bombeiros civis com treinamento em dia para a atuar no concurso da escolha da corte municipal no dia 15 de fevereiro de 2025. Os bombeiros civis devem se apresentar no local do evento com até meia hora de antecedência do início do evento, sendo o encerramento dos serviços de até 30 minutos após o final do evento. Os horários podem ser ajustados nos casos comunicados com antecedência, tanto pelo contratante, como pela contratada. O Cronograma de trabalho estimado será das 19h30 até às 23h30. <u>Especificidades do serviço:</u> A equipe deverá estar uniformizada e identificada, sendo que todas as despesas decorrentes de taxas, encargos, alimentação,			
---	--	--	--

fornecimento de água, estada, materiais, transporte e outros necessários à prestação dos serviços correrão por conta da Empresa contratada. <u>Local do Evento:</u> Ginásio de Esportes Dr. Cyro Carlos de Melo (Ginásio Melão) <u>Data do concurso:</u> 15 de fevereiro de 2025 <u>Horário do Concurso:</u> 20 horas até 23 horas			
--	--	--	--

1.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21.

1.3. O Objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 5.125 de 24 de março de 2023.

1.4. Todo e qualquer fornecimento de objeto fora do estabelecido do Termo de Referência será, imediatamente, notificada a contratada, que será obrigada a substituí-lo no prazo estipulado, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se também às sanções previstas no Termo de Referência.

1.5. O mero recebimento do objeto não caracteriza a aceitação do mesmo. Caso, no momento da conferência sejam identificadas divergências, toda a carga será devolvida, sendo necessário novo agendamento para entrega, de acordo com a disponibilidade da secretaria.

1.6. Todos os requisitos pormenorizados e a descrição completa da contratação encontram-se especificados no Termo de Referência e modelos anexo deste aviso.

1.7. O critério de julgamento adotado será o “MENOR PREÇO”, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.8. O prazo para apresentação da proposta de preços é de 3 (três) dias úteis, contados a partir da publicação deste instrumento convocatório.

1.9. A contratação entrará em vigor após a data do recebimento da nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

1.10. Data de início de recebimento de propostas: **Dia 31/01/2025 às 13:00 horas**

1.11. Data do término de recebimento de propostas: **Dia 04/02/2025 às 13:00 horas**

1.12. Data de abertura das propostas: **Dia 04/02/2025 às 13:15 horas**

1.13. Local: Portal de Compras Banrisul– www.pregaobanrisul.com.br

1.14. Será sempre considerado **o horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Instrumento, em que não esteja disposto “Horário Local”.

1.15. Forma de contratação: Menor preço.

1.16. Valor total estimado da contratação:

2. RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes das obrigações assumidas com o presente correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO	
Programa de Trabalho	13.695.01132.094
Natureza da despesa	3.3.90.39.00.00.00
Código Reduzido	529
Fonte de Recurso	1500

3. FUNDAMENTAÇÃO

3.1. O presente procedimento de contratação direta mediante dispensa de licitação, na forma ELETRÔNICA, está fundamentado no Art. 75. inciso II, da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 5.215/2023 e demais legislação correlata.

3.2. Objetivando alcançar maior nível de competitividade o procedimento será realizado de forma ELETRÔNICA por meio do Portal Banrisul, dispensa eletrônica sem disputa.

4. PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO

4.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Portal Banrisul, disponível no endereço eletrônico <https://www.pregaoabanrisul.com.br/>, vedada sua remessa em papel, e/ou condições não prevista neste instrumento.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.3. Poderão participar deste procedimento pessoas jurídicas cujo objeto social compreenda a atividade objeto deste procedimento de contratação direta, desde que comprovem possuir os requisitos necessários à qualificação nos documentos especificados no item 7.7 deste instrumento, vedados os que estiverem cumprindo sanções previstas na legislação vigente, aplicável à matéria.

4.4. Não poderão participar da presente dispensa de licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

4.4.1. O licitante que não atenda às condições deste instrumento e seu(s) anexo(s);

4.4.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.4.3. Agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4.4. Pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade incompatível com o objeto desta Dispensa de Licitação;

4.4.5. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4.6. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.4.6.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.4.6.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a ~~sua controladora, controlada ou coligada~~, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

4.4.6.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

5. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

5.1. Esta contratação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que trata da “Lei de Licitações e Contratos Administrativos”.

5.2. Legal desta Contratação: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

5.3. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Portal Banrisul, disponível no endereço eletrônico <https://www.pregaobanrisul.com.br/>, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

5.4. A participação será por item.

5.5. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

5.6. A Proposta final deverá estar acompanhada dos documentos de habilitação conforme item 7.7 deste aviso.

5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

5.8. Os preços ofertados na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o TERMO DE REFERÊNCIA deste aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

5.11. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio de acesso ao link <https://pregaobanrisul.com.br/> e o procedimento será divulgado no mesmo link e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender. Ficará também a título de publicidade, 03 dias úteis no site do município: <https://cacapavadosul.rs.gov.br/>.

5.12. A Nota de Empenho será o contrato nesse processo de compra, fundamentada no artigo 95, Inciso I e II, da Lei nº14.133/2021.

5.13. O contrato se extingue com o recebimento do material e seu posterior pagamento, estando tudo na regularidade do processo.

5.14. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.14.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.14.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.14.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

5.14.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

5.14.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6.1. Após abertura das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade com o Termo de Referência.

6.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.2.1. Contiver vícios insanáveis;

6.2.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou acima do preço máximo definido para a contratação no Termo de Referência;

6.2.4. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento ou seus anexos, desde que insanável;

6.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.5. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.6. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste instrumento.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no item 7.7 deste aviso e deverão ser enviados juntamente a proposta final.

7.2. A habilitação do licitante será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS BANRISUL, nos documentos exigidos neste Aviso, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica financeira.

7.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, ou num prazo maior adicional a critério do agente de contratação sob pena de inabilitação

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante a apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste instrumento.

7.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.7. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são as discriminadas nos itens a seguir:

- a) **Registro Comercial**, no caso de Empresa Individual;
- b) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus Administradores.
- c) Prova de Inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)**
- d) Prova de Regularidade para com as **Fazendas Municipal, Estadual, Federal/Dívida da União**, sendo a Municipal do local da Sede do Licitante. As Certidões Municipais que não constarem o prazo de validade, somente serão consideradas, se expedidas dentro de trinta (30) dias de antecedência da abertura das Propostas;
- e) Prova de Regularidade junto ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;
- f) Prova de Regularidade junto a **Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas)**;
- g) Certidão Negativa de **Falência ou Recuperação Judicial** expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica. As Certidões que não constarem o prazo de validade, somente serão consideradas, se expedidas dentro de noventa (90) dias de antecedência da abertura das Propostas.
- h) Declaração firmada por Contador, Técnico Contábil ou Representante Legal, de que a licitante é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014 (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte).

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Forma de seleção: Após a fase do envio das propostas, verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto a adequação do objeto e a compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação, será declarada vencedora a empresa que apresentar o menor preço, desde que respeitadas as condições estabelecidas neste aviso.

8.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.2.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.5. Os contratos decorrentes deste instrumento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº. 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

8.7. Local de entrega do objeto: Ginásio de esporte Dr Cyro Carlos de Melo

8.8. Prazo para Entrega: 15 de fevereiro de 2025.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO:

9.1. A Contratada deverá apresentar à Contratante, Nota Fiscal na qual constem discriminadamente todos os serviços executados. O pagamento será efetuado até trinta (30) dias consecutivos após a execução dos serviços.

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este instrumento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado no Portal Banrisul, disponível no endereço eletrônico <https://www.pregaobanrisul.com.br>, que fará a integração do Aviso no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em conjuntamente será publicada o aviso resumido no Diário Oficial do Município – DOM.

11.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

11.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.3. As providências dos subitens 11.2.1. e 11.2.2. acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

11.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.9. As normas disciplinadoras deste instrumento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. O(s) fornecedor(es) assume(m) todos os custos de preparação e apresentação de sua(s) proposta(s) e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.11. Em caso de divergência entre disposições deste instrumento e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste instrumento.

11.12. Fica eleito o foro da Comarca de Caçapava do Sul - RS, para solucionar quaisquer questões oriundas deste procedimento.

11.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os anexos constantes no item 12 deste instrumento.

12. ANEXOS

12.1. Fazem parte do presente INSTRUMENTO, os seguintes anexos:

12.2. Anexo I - Termo de Referência.

Caçapava do Sul, 31 de Janeiro de 2025.



ROBERTO DE OLIVEIRA HUERTA

Coordenador de Compras

E-mail: compras.smf@cacapava.rs.gov.br

Fone (55) 3281 2463